

Jorge Martins
Ribeiro

0 anglicanismo em Portugal do século XVII ao XIX

O anglicanismo em Portugal do século XVII ao XIX*

Por Jorge Martins Ribeiro

339

Neste trabalho vamos tratar de alguns aspectos relacionados com a prática da confissão anglicana em Portugal, entre os séculos XVII e XIX. Esta é, desde a centúria de quinhentos, altura em que ocorre o cisma de Henrique VIII, com excepção do reinado de Maria Tudor, a religião oficial da Inglaterra. De facto, desde o século XVI, a maioria da população inglesa pertence a uma Igreja que deixou de obedecer ao Papa e da qual o rei se tomou o chefe supremo. Esta, todavia, continuou fiel à ortodoxia católica¹. Contudo, este movimento, que sacudiu a Inglaterra do século XVI, foi condenado por Roma e os fiéis anglicanos considerados como heréticos. Este é um ponto importante para o tema em estudo, pois trouxe dificuldades aos súbditos ingleses que viviam em países católicos. Foi precisamente o que se passou em Portugal, país classificado por François Guichard, de velha terra ultra-católica².

Refira-se que, nos inícios do século XVII, cónegos e professores das Universidades de Coimbra e Évora manifestaram as suas opiniões acerca do modo como os protestantes deveriam ser tratados. Um herético não poderia ser punido pela Igreja até se provar ser um impenitente obstinado. Deste modo, um inglês "herético" que nunca tivesse sido instruído na verdadeira fé, como não conhecia as verdades religiosas, não poderia ser considerado como tal. Contudo, se a Inquisição aprisionasse um inglês culto, particularmente se este tivesse conhecimentos de latim, podia ser entregue ao braço secular, incorrendo, deste modo, na pena de morte. No caso de ser um ignorante deveria ser catequisado, porém, se após ter recebido os ensinamentos não abjurasse era passível de sofrer a pena máxima. Além disto, de acordo com os cónegos de Coimbra, qualquer herético que ridicularizasse a Igreja poderia ser punido quer fosse ou não desconhecedor dos dogmas. Já os teólogos e os cónegos de Évora defendiam que a Inquisição tinha autoridade para proceder contra todos os não católicos, pois estes possuíam cultura suficiente para serem condenados³.

Portugal, porém, desde a Idade Média que mantém relações estreitas com as ilhas britânicas, sobretudo no campo comercial. Assim, quando a reforma de Henrique VIII separou a Igreja de Inglaterra da de Roma, deparámos com vários comerciantes deste país estabelecidos nos principais portos portugueses, nomeadamente em Lisboa e no Porto.

* Uma primeira versão deste trabalho, em francês, foi apresentada numa mesa-redonda subordinada ao tema "Minorités Religieuses et de pensée à l'époque contemporaine", que teve lugar em Bordéus, no Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, em Novembro de 1991, e na qual também participou o homenageado Prof. Doutor João Francisco Marques.

¹ DELUMEAU, Jean - *Naissance et affirmation de la Réforme*. 3^a ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1973, p. 137; RATABOUL, Louis-J. - *UAnglicanisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982, p. 5.

² GUICHARD, François - *Le Protestantisme au Portugal*. Arquivos do Centro Cultural Português, n. XXVIII, Paris, 1990, pp. 455-482.

³ SHAW, L. M. E. - *Trade, Inquisition and the English Nation in Portugal, 1650-1690*. Manchester: Carcanet Press/Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 28-29.

10 Neste estudo, falaremos, em particular, dos membros das comunidades britânicas, destas duas cidades, que professavam a religião anglicana, pois alguns dentre eles eram católicos ou seguiam outras Igrejas reformadas. Contudo, de acordo com François Guichard, esta presença não parece ter "contaminado" a população lusitana. De facto, poucos portugueses se converteram ao protestantismo. A toda-poderosa Inquisição velava atentamente pelas suas "ovelhas". Apesar disto, no século XVI, o gramático Fernão de Oliveira, acusado de ser simpatizante da confissão anglicana foi preso e torturado. E, em 1552, um jovem inglês foi queimado vivo pelo Santo Ofício⁴. Além destes, alguns dos humanistas portugueses, de que o historiador Damião de Gois é um exemplo, tomaram contacto com luteranismo, sem contudo, de acordo com Emile G. Léonard, ultrapassarem as posições de Erasmo⁵. E, apesar de todo o seu prestígio, Damião de Gois teve problemas com a Inquisição, tendo sido preso e processado⁶.

François Guichard, refere também o célebre Cavaleiro de Oliveira que se converteu ao luteranismo, em Londres, em 1746, depois de uma vida aventurosa. Revelava-se favorável à criação de uma Igreja Lusitana, submetida à ordem política, como era a Anglicana. Teve problemas com a Inquisição e foi queimado em efígie, bem como as suas obras, num Auto de Fé, que teve lugar em Lisboa, em 1761⁷. Alguns anos depois, mais precisamente em 1791, um decreto, assinado pela rainha D. Maria I, deu ao Inquisidor-mor o poder de tomar medidas contra todos os que tinham comprado, vendido, lido ou guardado livros ou escritos heréticos⁸. Michael Testa, num pequeno trabalho intitulado *Injuriados e Perseguidos*, reconhece a eficácia do Tribunal do Santo Ofício, em evitar a propagação da religião reformada em Portugal. E, escreve que oficiais da marinha portuguesa, ao serviço do Reino Unido e dos Países Baixos, se converteram ao protestantismo, mesmo sabendo que não mais poderiam regressar ao seu país⁹.

Os tratados assinados entre Portugal e a Inglaterra, no decurso do século XVII, reconheciam a liberdade de consciência aos súbditos britânicos, com a condição de praticarem a sua religião longe dos olhares do público¹⁰. Na altura da união ibérica, a coroa, com a Paz de 1604, tentou solucionar as divergências de carácter religioso entre anglicanos e católicos. Assim, os ingleses poderiam praticar a sua religião, desde que o fizessem em privado e se coibissem de qualquer proselitismo ou provocação. Apesar disto, 10 anos depois, aquando

Idem, *ibidem*, pp. 461-462.

LÉONARD, Emile G. - *Histoire générale du protestantisme. 1/ La Réformation*. Paris: Quadrigue/Presses Universitaires de France, 1988, p. 236.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *GOIS, Damião de*. Dicionário de História de Portugal, vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, [1981], pp. 124-125.

PORTELA, Artur - *Cavaleiro de Oliveira. Aventureiro do Século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 22; GUICHARD, François, *ob. cit.*, pp. 463-464.

BERNARDINO, Teresa - *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 100.

TESTA, Michael - *Injuriados e Perseguidos. Panorâmica histórica e Fé Reformada em Portugal*. Lisboa: igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, 1977, p. 12.

¹ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, S.P.C.K.: Londres, 1982, p. 2.

da profanação do sacrário da Sé do Porto, o súbdito inglês Roger Wood foi mandado prender pelo bispo da diocese, devido a palavras ofensivas proferidas contra a religião católica. Este deu conhecimento do incidente a Filipe II, o qual apoiou a punição, embora solicitasse que não fosse revelado o facto do soberano ter conhecimento de todo este processo¹¹. Rose Macaulay refere também que, no século XVI, devido a rivalidades de carácter comercial, um inglês afixou cartazes de teor herético em três igrejas de Lisboa, tendo ainda tido o descaramento de revelar a sua nacionalidade, mas não a sua identidade. Isto, como é óbvio, causou dissabores aos seus compatriotas e as autoridades portuguesas ofereceram uma recompensa pecuniária pela sua denúncia. Além do mais, nas duas primeiras décadas do século XVII, há notícias que alguns comerciantes britânicos foram presos pela Inquisição, tendo o cônsul Hugh Lee conseguido arrebatá-los às malhas do Santo Ofício, através do pagamento de resgates, utilizando para o efeito, algumas vezes, fundos próprios¹².

É preciso notar, contudo, que os termos dos tratados nem sempre foram respeitados, o que criou dificuldades aos pastores nomeados para junto das comunidades estabelecidas em Portugal¹³. De facto, pelo artigo XVII do tratado de 1642, os ingleses não deveriam ser molestados por causa da sua religião, desde que não provocassem qualquer tipo de escândalo. Além disto, de acordo com este articulado, o rei de Portugal não tinha poder para decidir ou dispor em matéria de fé e religião, devendo, porém, providenciar que os ingleses gozassem de uma liberdade religiosa igual à dos outros estrangeiros, residentes em território português. No entanto, segundo L. M. E. Shaw esta redacção era suficientemente vaga para apenas assegurar aos protestantes liberdade de consciência em privado. Não possuíam um capelão, as famílias estavam impedidas de se juntarem para o culto e os visitantes das naus não permitiam o desembarque de bíblias protestantes. Já o artigo XIV do tratado de 1654 determinava que os ingleses não fossem incomodados por causa da posse de bíblias ou outros livros. E, além disto, podiam, em suas casas, juntamente com as suas famílias, celebrar serviços religiosos, o mesmo acontecendo a bordo de embarcações britânicas. Por outro lado, ser-lhes-ia atribuído um local para poderem enterrar os seus mortos¹⁴.

O primeiro eclesiástico nomeado para Lisboa, depois da assinatura do Acordo de 1654, foi o reverendo Zachary Cradock, Reitor do Colégio de Eton, que chegou a Portugal em 1657¹⁵. A partir desta data, a comunidade britânica da capital passou a ter um capelão que vivia na casa do cônsul e os seus membros encontravam-se regularmente, ao Domingo, para o ofício divino¹⁶. As autoridades portuguesas mostravam-se tão ansiosas em evitar problemas,

¹ SILVA, Francisco Ribeiro da - *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*. Vol. I. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 336.

² MACAULAY, Rose - *They went to Portugal too*. Manchester: Carcanet Press/The Calouste Gulbenkian Foundation, 1990, pp. 13, 114-115.

³ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St James at Oporto*, p. 2; MACAULAY, Rose - *They went to Portugal*. 2.^a ed. Harmondsworth, 1985, p. 212; GUICHARD, François, *ob. cit.*, p. 462.

⁴ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, pp. 126-127.

⁵ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal*, p. 212; SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 128.

⁶ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 127.

que, no início, foram colocados soldados à volta da casa do cônsul Maynard, a fim de evitar quaisquer confrontos entre os curiosos e as pessoas que aí se deslocavam para participarem nas cerimónias religiosas. Em retribuição, a Inglaterra parece ter autorizado que a embaixada portuguesa, em Londres, fosse utilizada como uma base para missionários católicos, alojamento do provincial dos Jesuítas e um centro onde tanto portugueses como ingleses não conformistas pudessem assistir à missa.

Os embaixadores ingleses, em Lisboa, entre 1662-1663 e 1666-1669, tiveram os seus próprios capelães e os serviços religiosos realizavam-se na suas residências. Nas alturas em que não havia nenhum diplomata em Portugal, os ofícios tinham lugar na casa do cônsul. De facto, de acordo com os usos diplomáticos da época, apenas nos locais de residência dos enviados e não dos cônsules se podiam celebrar cerimónias religiosas. Sabe-se, todavia, que estes serviços, nos séculos XVII e XVIII, tanto em Lisboa, como no Porto, também tinham lugar em casas particulares. As autoridades portuguesas, aliás, insistiam que somente o representante do Reino Unido em Lisboa tinha direito a ter um capelão. Após a morte do rei Carlos II e a subida ao trono de Jaime II, os responsáveis lusos parecem ter achado não ser necessário observar os privilégios recíprocos, não escritos, relativos à religião, pois os católicos em Inglaterra tinham liberdade de culto¹⁷.

Assim, em 1686, na ausência de um enviado britânico em Lisboa, tanto o cônsul Maynard como o capelão, o reverendo Michael Geddes, foram levados ante a Inquisição, sendo o primeiro acusado de ter adquirido uma casa em Porto de Santo Antão onde se realizavam, aos Domingos e dias santos, os serviços religiosos, bem como orações públicas e pregações. Ao ser questionado com que autoridade tal se efectuava, Thomas Maynard citou o artigo XIV do tratado de 1654. Ante esta resposta, o Inquisidor afirmou não ter conhecimento de nada do que era referido. Apesar do cônsul declarar que tais reuniões duravam já há cerca de 30 anos, ou seja, desde a altura em que começara a exercer as suas funções, o Inquisidor proibiu a realização de mais assembleias deste tipo, podendo estas ter apenas lugar na casa do embaixador da Grã-Bretanha. Maynard, no entanto, recusou-se a assinar um documento, pelo qual se pretendia que se comprometesse a não efectuar este tipo de reuniões em qualquer outro local, com o pretexto de tal ser contrário ao articulado do tratado de 1654. Aliás, a interpretação dada pelo Inquisidor-mor, D. Veríssimo de Lencastre, ao texto do Acordo, era a de que cada herético apenas podia orar sozinho. Apesar dos dois homens não chegarem a qualquer tipo de conciliação, o eclesiástico português aconselhou o inglês a dirigir-se ao rei, o que este fez, sem, contudo, obter êxito. D. Pedro II apenas o autorizava a praticar a sua religião, em casa, na companhia da família e dos criados, sem a presença de quaisquer outras pessoas¹⁸. Maynard enviou um relatório ao bispo de Londres e deu conhecimento do caso ao secretário de estado. Além disto, o cônsul e os principais comerciantes escreveram aos seus superiores e 33 membros da Feitoria de Lisboa enviaram uma petição ao prelado

¹⁷ Thomas Maynard exerceu as funções de cônsul em Lisboa entre 1656 e 1692. SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, pp. 127-130; DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the History of the chaplaincy and church of St James at Oporto*, pp. 4, 34.

¹⁸ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal too*, pp. 133-134.

londrino. Todavia, quando este documento chegou à capital inglesa, o bispo estava suspenso, o rei e o novo secretário de estado eram católicos, pelo que a Feitoria deixou de ter serviços religiosos até à chegada, em Novembro de 1686, do novo enviado, Charles Scarborough. Durante a estada deste, em Portugal, as cerimónias dominicais tiveram lugar na sua residência, sem qualquer interferência das autoridades portuguesas. Porém, com a sua partida, em 1689, o capelão James Smallwood, viu-se obrigado, no ano seguinte, a deixar o país, dado a Inquisição ter proibido todas as celebrações protestantes. Deste modo, até à chegada de Sir John Methuen, em 1693, os ingleses não puderam praticar a sua religião¹⁹.

Esta não foi a única vez que Thomas Maynard teve problemas com a Inquisição, pois, de acordo com Rose Macaulay, durante os 36 anos em que exerceu as funções de cônsul, na capital portuguesa, foi duas vezes acusado pelas autoridades inquisitoriais. A primeira ocorreu em 1660, quando foi acusado de abrigar em sua casa, Margaret Throgmorton, uma rapariga inglesa de 17 ou 18 anos, que teria vindo para Lisboa a fim de entrar para um convento. No entanto, deixara o local onde estava alojada para ir viver para a residência do cônsul, onde se convertera ao anglicanismo. Denunciada, em Outubro de 1659, pelo padre Peter Gifford, do Colégio Inglês de Lisboa, ao ser interrogada, manifestou vontade de não continuar a professar a fé romana e afirmou que Thomas Maynard a advertira para não sair à rua, pois poderia ser presa pelo Santo Ofício. Apesar de dizer não ter sido influenciada, esta sua atitude foi atribuída à intervenção do capelão Zachary Cradock. Este também vivia com o cônsul, mas havia partido para a Inglaterra três semanas antes. Os inquisidores decidiram que Margaret Throgmorton tinha de ser salva, examinada, ensinada, e, as suas dúvidas resolvidas. Porém, quando, na ausência do agente consular, tentaram prendê-la, a esposa deste e os criados recusaram-se a abrir a porta, tendo, além disto, a própria Margaret mandado dizer que não podia sair, pois fora sangrada. Ante isto, e apesar de alegar a imunidade de domicílio, Maynard foi preso, até que entregasse a jovem. Posteriormente, tiveram lugar outras tentativas de invasão do seu domicílio e multidões concentraram-se junto à residência consular.

Dado a Inquisição não querer um tumulto anglo-português enviou *familiares* vigiar o edifício, afim de prender qualquer mulher que saísse à rua. Ao mesmo tempo, os ingleses exigiam a libertação do seu cônsul. Isto chegou ao conhecimento da regente, D. Luísa de Gusmão, a qual tentou evitar um incidente entre os dois países. A rainha recomendou que Maynard fosse bem tratado e exprimiu a intenção da detenção não durar mais que o necessário para satisfazer as autoridades inquisitoriais. D. Luísa de Gusmão, como forma de satisfazer todos, decidira, ainda, deixar Margaret Throgmorton em casa do cônsul, embora ordenasse ao Santo Ofício que fizesse tudo ao seu alcance para salvar a alma da jovem.

A soberana temia, sobretudo, uma possível vingança, da parte da Inglaterra, pelo modo como o seu representante estava a ser tratado, pelo que ordenava ao embaixador português, em Londres, para sair do país caso fosse alvo de represálias. De facto, Maynard ameaçara regressar à pátria, assim que fosse libertado, e a regente temia o dano que a sua acção poderia causar junto das autoridades inglesas. Este embora não deixasse Lisboa também não

¹⁹ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, pp. 128-131.

concordava com a soberana acerca do modo como fora tratado durante o tempo em que estivera detido. Alguns anos mais tarde (1683) ao evocar este episódio, afirma ter estado preso durante seis dias e ter protegido a jovem inglesa, a qual se tornara protestante, em sua casa, e que a conseguira fazer regressar a Inglaterra²⁰.

O enviado Charles Scarburgh não quis interferir no local onde podiam ser celebrados os serviços dominicais, pois tinha permissão para que estes tivessem lugar em sua casa. Porém, depois da sua partida, em Agosto de 1689 e, sobretudo da do capelão James Smallwood, somente com a chegada de Sir John Methuen, em 1693, é que os ingleses voltaram a ter cerimónias religiosas²¹.

Relativamente ao Porto, John Delaforce escreve que existem provas da presença aí, de um pastor anglicano, a partir de 1671. De facto, neste ano, o bispo de Londres nomeou John Brawlerd, capelão da Feitoria Inglesa e, é mesmo possível que, entre 1660 e 1671, os ingleses residentes, nesta cidade, beneficiassem já da existência de um eclesiástico entre eles²². Brawlerd presidia às cerimónias religiosas na casa da filha do cônsul Maynard, a qual, de acordo com Shaw, casara com um comerciante inglês de nome Cooke. O pastor parece ter deixado o burgo portuense, em 1674, de sua livre vontade e sem nunca ter sido incomodado pelo Santo Ofício. O seu salário era pago através de uma subvenção do então bispo de Londres e, após a morte deste, o dinheiro necessário, para a sua manutenção, foi obtido através de contribuições voluntárias. Além disto, John Brawlerd pode exercer o seu múnus devido a uma autorização que Maynard conseguiu junto do então secretário de estado português²³.

John Brawlerd e os seus sucessores imediatos, Samuel Barton e Edward Hinde, tiveram, no entanto, de realizar o seu trabalho no meio de inúmeras dificuldades criadas pela Inquisição. Barton foi expulso, em 1682, por não ser suficientemente discreto e causar escândalo e Hinde, em 1687, pelo Santo Ofício ter proibido os protestantes ingleses de celebrarem serviços religiosos²⁴. De acordo com o cônsul Maynard, o afastamento do reverendo Barton ficou a dever-se a manobras levadas a cabo pela Inquisição, instigada pela má vontade dos mercadores britânicos do Porto que se tinham convertido à fé romana, particularmente o vice-cônsul, e por elementos do colégio inglês de Lisboa. Aliás, o vice-cônsul, Mr. Murcot, viu a sua patente revogada por Maynard, por se ter tornado católico. No entanto, a Feitoria do Porto não aceitou estas exigências e manteve-o em funções, tendo isto dado origem a uma série de processos e cartas. Aliás, na mente do cônsul Maynard, tudo isto devia-se a uma conspiração papista e às actividades do presidente do Colégio Inglês de Lisboa, o qual se deslocava, ao Porto, amiúdas vezes, a fim de encorajar o vice-cônsul e os seus apoiantes²⁵.

²⁰ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal too*, pp. 119-122.

²¹ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, pp. 130-131.

²² DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the History of the chaplaincy and church of St James at Oporto*, p. 5-7.

²³ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 131.

²⁴ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the History of the chaplaincy and church of St James at Oporto*, pp. 8-16, 115 e *The Factory House at Oporto*. 2. ed. London: Christies' Wine Publications, 1983, pp. 1-16; RIBEIRO; Jorge Martins - *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990, p. 21.

²⁵ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal too*, pp. 131-132.

Além disto, Barton parece não ter sido tão discreto quanto seria desejável, o que possibilitou à Inquisição acusá-lo de provocar escândalo. Chamado à presença das autoridades foi intimado a partir. No entanto, desde que não se dedicasse a actividades religiosas, autorizaram-no a visitar Aveiro e Coimbra, a caminho da capital, de onde regressou ao seu país²⁶.

Depois da partida do reverendo Hinde, a Feitoria Inglesa ficou sem capelão durante 22 anos, até à chegada, em 1709, de Henry Stephens. Daniel Primrose, que lhe sucedeu, também teve problemas com as autoridades portuguesas. No Porto, chegou-se, mesmo, ao extremo de proibir todos os serviços religiosos aos ingleses²⁷. No entanto, a partir de 1709 e até ao presente, se exceptuarmos o período das invasões francesas e de alguns pequenos intervalos de tempo pouco significativos, a comunidade britânica do Porto pode sempre contar com um ministro para presidir aos seus ofícios divinos²⁸. O pastor sueco, Cari Israel Ruders, que visitou Portugal, entre 1798 e 1802, escreveu que o culto divino estava proibido a todos os que não seguiam a religião católica. Não obstante, a celebração dos serviços de outras confissões estava autorizada, se realizada em lugares fechados, a bordo de navios ou nos edifícios das legações estrangeiras²⁹.

Como acabámos de ver, desde o século XVII que estão presentes, em Lisboa e no Porto, capelães anglicanos. E, segundo John Delaforce, parece que, no início de seiscentos, existia também um ministro desta Igreja junto da comunidade inglesa de Viana do Castelo³⁰.

Nos Porto, os locais, onde se celebrava a Eucaristia dominical, mudavam todas as semanas, por razões de segurança. Esta escolha era feita Sábado, dia em que se enviavam, para o lugar seleccionado, os paramentos religiosos. Segundo Charles Sellers, o dono da casa tinha então o hábito de convidar uma parte da Congregação para almoçar³¹. Este estado de coisas continuou até ao período das invasões francesas ou, pelo menos, até 1790. Com efeito, nesta data, terminou-se o edifício da Feitoria, lugar de encontros - de negócios e mundanos - dos comerciantes ingleses³². Sabe-se que durante algum tempo, se utilizou a sua sala de baile para a celebração do culto dominical³³. John Delaforce é de opinião que, somente após 1810,

²⁶ SHAW, L. M. E. *ob. cit.*, p. 131.

²⁷ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the History of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, pp. 8-16, 115 e *The Factory House at Oporto*, pp. 1-16; SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 132.

²⁸ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, pp. 16, 114-123, 135 (Apêndice 1).

²⁹ RUDERS, Cari Israel - *Viagem em Portugal 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1980, p. 159; RIBEIRO, Jorge M. Martins - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*. «L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest». Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1991, p. 95.

³⁰ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, pp. 15-16.

³¹ SELLERS, Charles - *Oporto, Old and New*. Londres: Herbert E. Harper, 1899, p. 34; DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, p. 39.

³² RIBEIRO, Jorge M. Martins - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 96.

³³ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, pp. 34-35; *The Factory House at Oporto*, p. 28; RIBEIRO, Jorge M. Martins - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 95.

os ofícios divinos tiveram lugar na casa da Feitoria. De facto, pelo tratado assinado nesse ano, entre Portugal e a Grã-Bretanha, os anglicanos adquiriram certos privilégios. Este acordo consagrou, no artigo XII, uma relativa liberdade religiosa para os ingleses e aboliu as feitorias em Portugal. Antes da assinatura do tratado teria sido considerado um acto provocatório a utilização destas instalações para os serviços religiosos, até porque, o título de propriedade do edifício o proibia. Acerca deste ponto, infelizmente, apenas encontramos testemunhos escritos muitos anos depois³⁴.

As primeiras capelas, destinadas ao culto anglicano, foram construídas, em Portugal, depois da retirada dos exércitos franceses e do regresso dos comerciantes britânicos. Em Lisboa, o edifício utilizado por volta de 1815 foi abandonado, pois, em 1822, os negociantes ingleses edificaram um novo templo dedicado a S. Jorge³⁵. No entanto, de acordo com Christopher Hervey que, em 1759, visitou a capital portuguesa, corria o rumor do terramoto, ocorrido quatro anos antes, ter sido castigo por na cidade habitarem tantos heréticos. O curioso, porém, era que a capela da residência do enviado britânico, onde se efectuavam as cerimónias religiosas anglicanas, fora o único que nada sofrera. Assim, além da insegurança provocada pelo medo da repetição da catástrofe, os ingleses, temendo o fanatismo dos católicos portugueses, juntaram-se todos e alugaram uma casa fora da cidade onde viveram durante um mês³⁶.

A igreja anglicana do Porto começou a ser construída em 1815, foi terminada em 1818 e aumentada em 1867, sendo ainda hoje utilizada para o culto. Após terem tomado a decisão de construir um templo, os comerciantes ingleses acharam que se impunha a sua consagração. Pediram, então, ao capelão, o reverendo Richard Pennell, para escrever ao bispo de Londres convidando-o a presidir a esta cerimónia. O prelado, contudo, recusou-se, justificando esta atitude com o facto de necessitar do consentimento do governo português e do bispo do Porto. Além disto, não se sentia competente para autorizar a celebração de uma tal solenidade numa outra diocese. John Delaforce, todavia, é de opinião que as autoridades portuguesas não teriam posto quaisquer entraves. Na realidade, o bispo temeria, sobretudo, a difícil e desconfortável viagem marítima. A consagração teve finalmente lugar em 1843, sendo oficiada pelo primeiro bispo de Gibraltar³⁷. Refira-se que, com o advento do Liberalismo, os protestantes ingleses se tornaram mais activos, tendo, em 1834, estabelecido uma escola em Lisboa³⁸.

Como os primeiros pastores tiveram, muitas vezes, de exercer a sua actividade apostólica mais ou menos clandestinamente, há dificuldade em encontrar documentação que nos esclareça acerca dos inícios da actividade dos religiosos anglicanos em Portugal. Não nos

³⁴ DELAFORCE, John - *The Factory House at Oporto*, p. 28; RIBEIRO, Jorge M. Martins - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 95.

³⁵ WALDORF, A. R., *ob. cit.*, pp. 115-116.

³⁶ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal too*, pp. 180-182.

³⁷ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, pp. 42-45; 58; 72-73.

³⁸ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal too*, p. 90.

podemos esquecer que a época, de que falámos, até aqui, é um período de intolerância religiosa e, por consequência, os súbditos britânicos sofreram perseguições levadas a cabo pelo Santo Ofício. Este tribunal foi mesmo ao ponto de raptar os filhos das famílias inglesas, a fim de os educar na religião católica³⁹.

De acordo com Charles Sellers, as crianças eram retiradas aos progenitores, aos oito anos de idade, encarregando-se os inquisidores de as educar na fé romana. Caso os pais tentassem interferir eram presos. Este autor transcreve extractos de dois despachos, datados de 1706, do cônsul John Milner, acerca deste assunto. Milner mostra-se muito preocupado e manifesta o propósito de evitar o rapto de outras crianças, afirmando a sua intenção de recuperar as que foram subtraídas às suas famílias. A tarefa, contudo, revelava-se difícil, pois, o cônsul, num despacho posterior, declara não ter conseguido reaver nenhum menor, com excepção do que lhe fora roubado. John Milner refere também um decreto recente que permitia o rapto de todos os jovens com mais de sete anos. A justificação dada pelas autoridades portuguesas, para a publicação desta lei, era a de possibilitar às crianças, filhas de não católicos, a escolha da religião que queriam professar. A propósito, o cônsul escreve que este era um método desumano e bárbaro, sendo, além do mais, um ultraje e uma indignidade para com a rainha de Inglaterra. Por outro lado, isto traduzia-se numa grande insegurança para as famílias inglesas que se arriscavam, assim, a perder os seus filhos para sempre⁴⁰. Aliás, alguns destes jovens, após terem sido instruídos na religião católica, eram forçados a tomar ordens sacras⁴¹.

Um outro aspecto, estreitamente ligado ao problema religioso, e que criou dificuldades aos ingleses não católicos, é o dos enterros. Considerados como heréticos não podiam ser inumados nos cemitérios existentes⁴². Assim, antes que os britânicos tivessem direito a um lugar próprio onde pudessem sepultar os seus mortos, os ingleses protestantes, quer se tratassem de residentes, quer de marinheiros afogados, eram enterrados à beira-mar ou nas margens dos rios e evidentemente nada assinala os locais onde repousam os seus restos mortais⁴³. Esta, a sorte reservada a todos os protestantes que faleciam em Portugal. Em Lisboa, estes mortos inumavam-se, à noite, num terreno não consagrado, situado na margem sul do rio Tejo e, a fim de não serem causa de escândalo, eram metidos em caixas de açúcar e para lá transportados a bordo de um navio britânico⁴⁴. A propósito, John Delaforce cita o escritor Richard Ford, segundo o qual, em Espanha, os pescadores, talvez temendo o envenenamento dos peixes pelos cadáveres dos heréticos, exumavam-nos durante a noite, para os levar para

³⁹ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal!*, p. 232; RIBEIRO, Jorge M. Martins - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 96.

⁴⁰ SELLERS, Charles, *ob. cit.*, pp. 47, 50-51.

⁴¹ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 30.

⁴² RIBEIRO; Jorge Martins - *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811)*, p. 21 e *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 96.

⁴³ SELLERS, Charles, *ob. cit.*, p. 232; DELAFORCE, John - *The Factory House at Oporto*, p. 17; MACAULAY, Rose, *They went to Portugal!*, p. 233; RIBEIRO, Jorge M. Martins - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 96.

⁴⁴ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 29.

águas mais profundas. Aliás, de acordo com L. M. E. Shaw, estes estavam, ainda, sujeitos a outros ultrajes por parte da população espanhola⁴⁵.

No caso particular do Porto, os mortos eram enterrados secretamente, durante a maré baixa, nas margens do Douro; não sendo permitido qualquer tipo de cerimónia religiosa, não se guardando também quaisquer tipo de registos⁴⁶. Antes que as autoridades portuguesas tivessem reconhecido aos ingleses o direito de terem um cemitério, utilizou-se, para o efeito, um terreno na margem esquerda do rio, em Vila Nova de Gaia, que se situava no lugar do Cavaco. E, durante a Guerra Peninsular, embora já existisse, na cidade, uma necrópole para os ingleses, muitos dos soldados do exército de Sir Arthur Wellesley, o futuro duque de Wellington, aqui falecidos, foram enterrados neste local⁴⁷. Nos nossos dias, infelizmente, não subsiste nenhum vestígio deste lugar. Parece que a expulsão do já referido reverendo Samuel Barton está também ligada ao problema dos enterramentos, pois, de acordo com um testemunho inglês da época, os britânicos, residentes no Porto, que anteriormente realizavam em privado os funerais do seus compatriotas teriam, nesta altura, sido muito indiscretos⁴⁸.

No decurso do século XVIII, as autoridades portuguesas mudaram de atitude, ao aceitar a existência de cemitérios para as comunidades britânicas de Lisboa e do Porto. No respeitante ao caso portuense, o sítio de inumação deveria ser separado da zona comercial da cidade e longe dos seus limites⁴⁹. Os comerciantes ingleses compraram, em 1787, um terreno para a construção de um cemitério, o qual é ainda utilizado nos nossos dias, tendo os primeiros enterramentos tido aí lugar em 1788⁵⁰. Neste local foram sepultados não somente os britânicos de confissão anglicana, mas também os protestantes de outras nacionalidades, nomeadamente alemães e holandeses. Por outro lado, em 1814, decidiu-se que as despesas dos funerais seriam mais altas para os não britânicos do que para os súbditos do Reino Unido, residentes ou não no Porto. De notar, ainda, que o edifício da já mencionada igreja de *Saint James* foi construído neste terreno⁵¹.

O cemitério inglês de Lisboa data dos inícios do século XVIII, tendo sido a Feitoria quem comprou o sítio onde foi construído. Este, no entanto, deveria ser rodeado de árvores, de modo a ficar escondido dos olhares dos bons católicos. Alguns anos depois, a Feitoria Holandesa adquiriu um terreno adjacente para o mesmo fim e, por consentimento mútuo, as duas parcelas foram unidas e cercadas por um mesmo muro. Dado os limites das duas propriedades nunca terem sido especificadas, os restos mortais dos membros das duas comunidades

⁴⁵ DELAFORCE, John - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 18; SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 30.

⁴⁶ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 29.

⁴⁷ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal*, pp. 232-233; DELAFORCE, John - *The Factory House at Oporto*, p. 17; RIBEIRO, Jorge - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 96.

⁴⁸ DELAFORCE, John - *The Factory House at Oporto*, pp. 10, 18.

⁴⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 26.

⁵⁰ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St James at Oporto*, p. 34; RIBEIRO, Jorge - *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 96.

⁵¹ DELAFORCE, John - *The Factory House at Oporto*, pp. 25, 31-32.

acabaram por se misturar⁵². Cari Israel Ruders confirma a existência de um cemitério privativo dos ingleses, num ponto elevado da cidade, mais precisamente, na Travessa dos Ladrões. De acordo com o pastor sueco, o local encontrava-se rodeado por um muro muito alto, em pedra, parecendo um jardim quando visto do exterior. Ruders acrescenta, ainda, que, apesar de não ser demasiado grande, era muito formoso, possuindo um número importante de monumentos fúnebres⁵³. Em 1810, Sir John Charles Villiers, ministro plenipotenciário da Grã-Bretanha, em Lisboa, comprou um grande lote de terreno, adjacente ao hospital inglês, a fim de ser utilizado para sepultamento de militares. Neste local foi construída, em 1822, a já referida capela de S. Jorge. E, em Janeiro de 1823, uma reunião de comerciantes e de membros da Feitoria decidiram que, mediante uma autorização dos cônsules britânico e holandês, os protestantes de outras nacionalidades podiam ser enterrados no velho cemitério e os serviços fúnebres deviam ser oficiados por eclesiásticos protestantes, ingleses, holandeses ou alemães⁵⁴. É interessante notar, que, já em 1800, Cari Israel Ruders, refere o facto de, neste lugar, serem inumados, sem distinção, todos os protestantes. Escreve que o pastor da comunidade alemã adoptou, para os funerais dos seus fiéis, os ritos da Igreja de Inglaterra, utilizando mesmo, se bem que traduzidos em língua alemã, os textos da liturgia anglicana. Os enterramentos dos súbditos suecos celebravam-se, contudo, segundo os ritos do seu país natal. Ruders refere mesmo que os protestantes residentes em Setúbal eram também sepultados no cemitério inglês de Lisboa⁵⁵.

Rose Macaulay quando escreve sobre o reverendo John Colbatch, capelão em Lisboa, entre 1693 e 1700, diz que, segundo este, nas cidades, o povo não insultava os ingleses por causa da sua religião. Por outro lado, o governo não permitia que os estrangeiros fossem maltratados⁵⁶. Não obstante, depois da ratificação do tratado de 1654, os comerciantes queixavam-se que a população insistia em chamar-lhes heréticos e cães. Estes negociantes acusavam também a Inquisição de prender os Judeus, pois, desta maneira, as dívidas que estes tinham para com eles não eram pagas⁵⁷. Para Cari Israel Ruders os portugueses, sobretudo as mulheres, alimentavam uma aversão secreta contra todos os que não seguiam a religião católica, exprimindo piedade por estes condenados ao fogo eterno e provocavam-nos chamando-lhes "coitadinhos"⁵⁸.

François Guichard chama atenção para o facto de Sir Arthur Wellesley, comandante-em-chefe do exército britânico, em Portugal, durante o período da Guerra Peninsular, ter sido de uma discricção extrema, no plano religioso⁵⁹. De facto, pela Ordem do Dia de 31 de Julho de 1808, a bordo do navio *Donegal*, ao largo da Figueira da Foz, Wellesley asseverava a sua determinação em castigar duma maneira exemplar todos os culpados de actos de ultraje

⁵² Para A. R. Waldorf o cemitério inglês de Lisboa data de 1725, enquanto L. M. E. Shaw situa a sua fundação em 1717. WALDORF, A. R., *ob. cit.*, p. 112; SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 127.

⁵³ RUDERS, Cari Israel, *ob. cit.*, pp. 149-150.

⁵⁴ WALDORF, A. R., *ob. cit.*, pp. 82, 116, 149-150.

⁵⁵ RUDERS, Cari Israel, *ob. cit.*, pp. 149-151.

⁵⁶ MACAULAY, Rose - *They Went to Portugal*, p. 225.

⁵⁷ DELAFORCE, John - *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St James at Oporto*, p. 7.

⁵⁸ RUDERS, Cari Israel, *ob. cit.*, pp. 58, 294.

⁵⁹ GUICHARD, François, *ob. cit.*, p. 463.

ou de pilhagem. Wellesley afirmava, ainda, que as convicções dos portugueses deviam ser respeitadas e ordenava a todos os seus subordinados para terem a cabeça descoberta no interior das igrejas. Além disto, ante uma procissão os oficiais e os soldados parariam e olhariam de frente. Os primeiros deviam retirar os seus chapéus da cabeça e os segundos fazer a continência, em sinal de respeito. Do mesmo modo, a guarda era obrigada a apresentar armas diante de uma tal manifestação religiosa⁶⁰. Se nenhum capelão desembarcou em Portugal com o exército britânico, dois sacerdotes vieram a terra no dia a seguir à batalha do Vimeiro. Parece, no entanto, que na altura das campanhas peninsulares não existia um número suficiente de pastores para as necessidades do exército e Wellesley queixava-se do facto do metodismo estar a aumentar entre as tropas. Em Lisboa tiveram lugar duas ou três Assembleias e de tempos a tempos, um sargento pregava um sermão⁶¹.

Até aqui falámos das dificuldades experimentadas pelos ingleses, de confissão anglicana, residentes em Portugal, e de todas as concessões que arrancaram às autoridades portuguesas, de modo a poderem exercer livremente a sua religião. Não devemos, contudo, esquecermo-nos do proselitismo católico contra estas "ovelhas extraviadas".

Começaremos por falar da actividade desenvolvida, nos finais do século XVI e inícios do século XVII, pelo padre Jesuíta Henry Floyd, responsável por todos os ingleses, irlandeses e escoceses, católicos ou não, que viviam em Lisboa. Uma das suas atribuições era a de falar com os britânicos residentes e com os marinheiros e passageiros dos navios chegados à baixa do Tejo, a fim de descobrir qual a religião que professavam. Deveria também tentar convertê-los ou, pelo menos, aconselhá-los a não exprimir, em público, as suas opiniões, em matéria religiosa. De facto, o padre Floyd converteu algumas pessoas, embora tivesse denunciado outras à Inquisição. De acordo com Rose Macaulay, teve muito êxito e a capital portuguesa encheu-se de ingleses convertidos ao catolicismo. Parece, contudo, que muitos destes aderentes eram gente jovem. Toda esta actividade suscitou-lhe a inimizade do cônsul da Grã-Bretanha. O agente consular acusou-o mesmo de anti-patriotismo e de se mostrar favorável à *Conspiração da Pólvora*⁶², conjura que teve o objectivo de fazer explodir o edifício do Parlamento de Londres, levada a cabo pelos católicos desapontados com a política do rei Jaime I⁶³. O padre Floyd exerceu a sua actividade prosélita, com muito zelo, junto dos prisioneiros ingleses, proibindo mesmo outras pessoas de falarem com eles. O cônsul queixava-se dos métodos utilizados por este clérigo que, de facto, não nos parecem muito ortodoxos. De qualquer modo, Floyd conseguia fazer sair, com facilidade, das prisões portuguesas, os britânicos que faziam parte do seu rebanho. E, jovens pertencentes a famílias inglesas católicas eram enviados para Lisboa onde ficavam ao cuidado deste Jesuíta, o qual tinha bons contactos na capital portuguesa. Este sacerdote, contudo, deixou a cidade em 1611. Como con-

⁶⁰ RATHBONE, Julian - *Wellington's war. His Peninsular dispatches presented by...* . London: Michael Joseph, 1984, p. 10.

⁶¹ GLOVER, Michael - *Wellington's Army in the Peninsula 1808-1814*. New York: Hippocrene Books, Inc., 1977, pp. 130-132.

⁶² MACAULAY, Rose - *They went to Portugal*, pp. 190-191, 194, 196.

⁶³ BOURDE, André-J. - *Histoire de la Grande-Bretagne*. 3^{es}. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1977, pp. 37-38.

clusão deste episódio podemos dizer, parafraseando Rose Macaulay, que este religioso apenas tinha lealdade para com a sua Igreja, a sua Ordem e o seu Deus⁶⁴. Por outro lado, o reverendo Samuel Barton, depois de ter sido obrigado a deixar o país, em 1613, numa carta dirigida ao Dr. Francis Turner, capelão junto do bispo de Londres, informou que quatro membros da Feitoria do Porto se haviam já convertido à fé romana⁶⁵.

O proselitismo católico manifestou-se também no burgo portuense, no século XVIII, tendo como alvo os protestantes, nomeadamente a comunidade britânica, o mais numeroso grupo de estrangeiros, presente na cidade, e que possuía um grande peso económico.

E preciso recordar que a Igreja Católica reconhecia a validade dos baptismo administrados pelas Igrejas Protestantes. Contudo, a fim de salvaguardar e garantir a integridade do rito e a sua conformidade com as intenções da Igreja, face aos ensinamentos de Jesus Cristo, determina que todos os não católicos sejam baptizados *sub conditione*, de acordo com o rito romano. Para que tal cerimónia tivesse lugar era necessária uma autorização do Tribunal do Santo Ofício e do bispo da diocese. Por outro lado, escolhiam-se pessoas de condição elevada para servirem como padrinhos e madrinhas, quer fossem membros do clero, da nobreza ou da burguesia, a fim de dar publicidade a estas conversões e tentar que este exemplo influenciasse outros protestantes⁶⁶.

A propósito, é interessante lembrar o que escreve Arthur William Costigan que visitou Portugal entre 1778 e 1779. Este afirma que, após a subida ao trono da rainha D. Maria I, muitos estrangeiros, sem dinheiro, entre os quais se contavam alguns ingleses, por ele considerados sem princípios, tinham adendo à fé de Roma. Escolhiam a soberana como madrinha de baptismo, conseguindo, assim, obter a sua protecção e talvez uma pensão. Costigan acrescenta que este era um fenómeno característico das classes inferiores, daí a explicação para o grande número de conversões. Este autor assistiu à cerimónia de baptismo de um destes neófitos que teve lugar na capela do Palácio Real da Ajuda e ouviu o sermão de um sacerdote católico sobre as conversões dos protestantes⁶⁷. No entanto, muitos dos comerciantes britânicos que se tornavam católicos em Portugal ou na Espanha, apenas viviam como tal quando se encontravam longe do seu país⁶⁸.

Todavia, as adesões sinceras ao catolicismo são devidas a religiosos estrangeiros, sobretudo britânicos, presentes no Porto. Assim, temos um Agostiniano inglês, Henrique Dillon, um Franciscano, Francisco Relli, de nacionalidade desconhecida e três Oratorianos, o hamburguês Pedro Brettin, o irlandês Gabriel Talbott e o inglês John Butler. De acordo com Geraldo Coelho Dias e Maria Isabel Ferreira, em dois estudos publicados acerca deste assunto, foram baptizados no Porto, entre 1583 e 1800, 42 ingleses, dos quais 10 na freguesia

⁶⁴ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal*, pp. 196-199, 201-202.

⁶⁵ DELAFORCE, John - *The Factory House at Oporto*, p. 8.

⁶⁶ FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues; DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Baptismo de protestantes e proselitismo católico no Porto setecentista. Humanística e Teologia* n.º 6 (2), Porto, 1985, pp. 200-201, 210-211.

⁶⁷ COSTIGAN, Arthur William - *Cartas sobre a sociedade e os costumes de Portugal 1778-1779*. Vol. 2. Lisboa: Lisóptima Edições, 1989, pp. 58, 64-65.

⁶⁸ SHAW, L. M. E., *ob. cit.*, p. 30.

da Sé, 15 em São Nicolau e 17 na Vitória. Os batismos foram administrados a pessoas cuja idade variava entre os 14/15 anos e os 43 anos. Através destes documentos, contudo, não se consegue determinar a condição social destes catecúmenos. Dado não se encontrar entre eles nomes de famílias inglesas ligadas ao comércio do vinho do Porto, Geraldo Coelho Dias e Isabel Ferreira são de opinião que se tratavam de pessoas de condição social baixa. Constatação, aliás, coincidente com as afirmações de Costigan. É, aliás, entre 1750 e 1777, período que corresponde ao governo do Marquês de Pombal, que se regista o maior número de batismos, 45% do total. Os autores destes dois trabalhos, acerca do proselitismo católico do século XVIII, explicam este fenómeno pelas dificuldades económicas que afligiam os comerciantes britânicos, causadas pela política económica de Pombal. Preocupados com os assuntos materiais tornaram-se permeáveis à acção prosélita dos católicos. De qualquer modo, é interessante observar que o maior número de convertidos era constituído por homens. Isto nada tem de surpreendente se pensarmos na grande mobilidade masculina do Antigo Regime⁶⁹.

Os registos paroquiais indicam que estes conversos haviam abjurado das doutrinas de Lutero e Calvino, ou muito simplesmente do facto de serem protestantes. Dado estes documentos nunca falarem de anglicanos, os dois autores mencionados concluem que o anglicanismo era confundido com protestantismo⁷⁰. Acerca deste ponto, devemos, uma vez mais, recorrer ao relato de Cari Israel Ruders. O pastor sueco conta que um mendigo, a quem não deu esmola, lhe chamou herético, o que, como explica na obra *Viagem em Portugal 1798-1802* era considerado como um insulto. Devido a isto, todos os que não seguiam a fé romana, residentes no país, eram considerados protestantes, designação mais cortês para exprimir a mesma realidade⁷¹. Virgínia Rau, num estudo sobre o movimento da barra do Douro durante o século XVIII, na qual explora os livros de visitas dos navios, afirma que a diferença religiosa dos estrangeiros não católicos que chegavam ao Porto parece ter preocupado os inquisidores na segunda metade de setecentos. No entanto, até 1764, todos, qualquer que fosse a nacionalidade ou a confissão religiosa, eram simplesmente descritos como protestantes⁷².

O relacionamento entre os ingleses "heréticos" e os católicos melhorou nos inícios do século XIX, tendo como pano de fundo a crescente deterioração das relações anglo-francesas, em que Portugal não passou de um peão. Assim, em 1806, o almirante Lord St. Vincent, comandante da força naval estacionada ao largo da barra do Tejo, estabeleceu um bom rela-

⁶⁹ FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues; DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Batismo de protestantes e proselitismo católico no Porto setecentista*, pp. 208-209 e *Ingleses no Porto setecentista e proselitismo católico*. In Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de Outubro de 1986). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1988, pp. 257-261.

⁷⁰ FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues; DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - *Ingleses no Porto setecentista e proselitismo católico*, pp. 257-261.

⁷¹ RUDERS, Cari Israel, *ob. cit.*, pp. 293-294.

⁷² RAU, Virgínia - *O Movimento da Barra do Douro durante o século XVIII: uma interpretação*. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, n.º 21 (1-2), (1958), pp. 10-11.

cionamento com altos dignitários da Igreja. O núncio apostólico jantou com ele duas vezes, a bordo da nau *Hibernia*, e o Patriarca apenas não o fez por razões de saúde. Além disto, conversou com freiras de vários conventos e uma das vezes mesmo sem ser através das grades. Aliás, muitos sacerdotes e pessoas de condição social elevada assistiam às cerimónias religiosas anglicanas, ficando admiradas com a solenidade que as caracterizava. Tudo isto se ficou a dever à situação política internacional, até porque o Patriarca considerava Lord St. Vincent capaz de defender Portugal da sujeição da França e da Espanha⁷³.

Com o advento do Liberalismo, os diversos textos constitucionais, publicados em Portugal, por um lado, asseguraram a todos a liberdade de consciência e de expressão e, por outro, determinaram que se devia respeitar a religião de estado e a moral pública. Apesar destes textos não autorizarem outros cultos aos estrangeiros, vai viver-se uma época de tolerância no domínio religioso⁷⁴.

Em suma: devido à intolerância religiosa, os britânicos de confissão anglicana, residentes em Portugal, sofreram perseguições e humilhações orquestradas, sobretudo, pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Súbditos da Grã-Bretanha, país com o qual Portugal mantinha importantes relações comerciais e tinha assinado diversos tratados de amizade e comércio, ao longo dos séculos, estavam, em certa medida, protegidos por estes acordos e pelos diplomatas do seu país. Assim, os ingleses anglicanos beneficiaram do facto de terem um capelão, pertencente à sua Igreja, desde a assinatura do tratado de 1654, nas cidades mais importantes. No decurso do século XVII foram autorizados a ter cemitérios próprios, em Lisboa, a partir de 1725 e no Porto, depois de 1787. Será, porém, necessário esperar pelo século XIX, e pela celebração do tratado de 1810, para serem autorizados a construir templos.

A História dos anglicanos em Portugal, assim como a dos fiéis das outras Igrejas Reformadas, está plena de sofrimentos e incompreensões. Tal como escrevemos, na primeira versão deste trabalho, esperamos que a intolerância que hoje parece ressurgir numa Europa, a caminho da unidade, pertença ao passado e não venha pôr em perigo o entendimento entre os cristãos de diferentes confissões.

⁷³ MACAULAY, Rose - *They went to Portugal too*, p. 153.

⁷⁴ GUICHARD, François, *ob. cit.*, p. 465.